

Conversando com Maria José Mariano, responsável pela formação dos avaliadores externos do Alentejo

Luísa Moreira
CEFOPNA

Profforma – Doutora Maria José, como encara, como docente experiente, a formação contínua de professores?

A formação contínua é algo extremamente necessário e útil à evolução do trabalho de qualquer profissional, numa época de mudanças vertiginosas. Considero que, a qualidade da formação, nestes últimos anos, nitidamente melhorou; as ações são mais dirigidas às necessidades e interesses dos professores, os próprios docentes são mais críticos e seletivos. A realidade da formação mudou bastante nos últimos anos a todos os níveis, incluindo o aspeto financeiro e a realidade dos próprios CFAE. Podemos mesmo dizer que, dada a escassez de financiamentos, se consegue fazer muito com quase nada, devido ao muito empenho, envolvimento e boa vontade de todos e muito em especial dos formadores.

Profforma – Na sua opinião, como encara o papel desempenhado pelos CFAE no processo de formação contínua dos docentes?

É um papel muito importante de “intermediário”, de quem é conhecedor dos contextos e dos docentes envolvidos. É o papel de uma estrutura que se preocupa com o desenvolvimento dos profissionais do ensino e também com a melhoria da qualidade das instituições que

lhe estão afetos. É um elemento fundamental na promoção da aprendizagem ao longo da vida.

Profforma – A avaliação do desempenho docente tem sido, sem dúvida, um processo com alguma complexidade e pouco pacífico. Quais considera serem as principais condicionantes deste processo?

O facto de esta reviravolta nos paradigmas da avaliação de desempenho docente ter ocorrido numa época muito difícil para os docentes, em que se sentem ameaçados na sua carreira, vivendo num clima de instabilidade e insegurança, não só no seu lugar na instituição mas também a nível económico.

Profforma –A doutora Maria José dinamizou, no ano letivo de 2012/13, uma formação no âmbito da Avaliação de Desempenho Docente. Como decorreu essa formação? Considera que foi eficaz junto dos docentes que iriam desempenhar a função de avaliadores externos?

Dinamizei ações de formação na região Alentejo e no nordeste alentejano, em especial, tendo essa formação decorrido num clima de tranquilidade, excelente mesmo. Após termos conseguido ultrapassar muitos constrangimentos e muitos desconfortos iniciais o clima que se

viveu durante as sessões de formação, e mesmo de acompanhamento/apoio, foi muito tranquilo e enriquecedor para todos os intervenientes. Penso que o facto de praticamente não ter havido situações problemáticas demonstrou, claramente, a eficácia da formação e mesmo da função dos avaliadores externos.

Profforma – Como especialista, quais considera serem as maiores vantagens do processo de avaliação do desempenho docente nos moldes em que decorre?

A existência de um avaliador externo minimiza as desconfianças da avaliação interpares e leva às escolas um “olhar externo” mas não demasiado externo, já que a função é desempenhada por quem conhece e trabalha nos contextos reais, mas deixando de estar assente só em lógicas e procedimentos definidos internamente em cada escola. É uma oportunidade de observar, descrever e ajuizar sem interferências alheias ao processo, de realçar as boas praticas, e de demonstrar a qualidade dos diversos profissionais das instituições de ensino, muitas vezes esquecidos. É uma oportunidade de recolher uma opinião isenta de pressões sobre o profissional em causa, podendo ser também identificadas necessidades de formação, que as escolas podem depois incorporar nos respectivos Planos de Formação ou Planos de Melhoria.

Profforma –A máxima “avaliar para melhorar” é conhecida dos docentes. Considera que é uma verdade assumida, ou apenas uma parangona sonora?

É uma verdade assumida por um numero significativo de avaliados, e é igualmente uma verdade assumida pelos Avaliadores Externos que se revêem nas situações e que procedem a uma metareflexão sobre as praticas. Também é uma realidade assumida por algumas escolas, que utilizam este processo para promover o desenvolvimento dos seus profissionais, valorizando-o.

Profforma – No presente ano letivo de 2013/14 está a decorrer formação no âmbito da ADD. Trata-se de uma tentativa do Ministério de Educação de repetir, com a possibilidade de horas de creditação para os docentes, o processo dinamizado no ano letivo anterior, ou pretende-se que seja algo mais que isso?

Penso que, apesar de a legislação não se ter alterado e, por tal, se manter o conteúdo base da formação, este ano, dada a experiência adquirida, se conseguem transmitir orientações com mais confiança e mais contextualização. Por outro lado, a troca de experiencias e reflexões mais amadurecidas entre os AE “repetentes” e os novos permite-lhes evoluir no processo e encará-lo com um espirito mais aberto, permite-lhes, a todos, estarem mais atentos aos pormenores a recolher para avaliar cada um dos parâmetros em questão. Estou convicta que uma nova oportunidade formativa para os AE, com as partilhas concretizadas, com um acompanhamento do processo pelos formadores, trará mais tranquilidade e credibilidade ao processo.

Profforma – Uma das críticas que mais frequentemente se ouve aos docentes, é o facto de, apesar de a progressão na carreira estar congelada, ser obrigatória a avaliação de desempenho que, parece, não terá efeitos práticos. Como encara esta situação?

Sem dúvida que um dos fins da avaliação deveria traduzir-se na progressão na carreira, tal como consignado nos normativos em vigor. Contudo, o processo avaliativo é muito mais do que progressão. Devemos encarar a avaliação como um instrumento de desenvolvimento e de melhoria, não só do profissional como também das suas praticas e, em consequência, da qualidade do serviço prestado pela escola, inserida numa visão mais alargada e numa cultura de avaliação que precisamos de implementar. No fundo, a avaliação de desempenho do docente deverá ser entendida e sentida como uma

prática social indispensável para descrever, compreender e melhorar a qualidade da educação e do ensino. É evidente que estes princípios se associam à melhoria dos resultados escolares dos alunos, à responsabilização e à “prestação de contas” dos docentes face aos seus desempenhos, até mesmo como ferramenta de gestão de recursos humanos numa escola.

Profforma – Pensando na sua experiência docente, pensa poder concluir que, desde que o processo de avaliação de desempenho docente vigora se verificam melhorias efetivas na vida das escolas e nas aprendizagens dos alunos?

É difícil poder extrair tal conclusão numa época e num contexto socioprofissional em que os “entraves” são múltiplos, em que o enquadramento socioeconómico condiciona toda a vida da escola. Por outro lado, o processo é ainda “um bebe”, com pouco tempo de vida, o que impossibilita a retirada de conclusões proeminentes sobre a sua influencia. Pelo que me é dado observar nas realidades com as quais convivo, alguns aspetos se vão alterando nas escolas, mas precisamos de mais tempo, bem como de estudos investigativos que permitam avaliar o verdadeiro impacto deste processo.

Profforma –Idealmente, como preconiza o processo de avaliação de desempenho docente?

Conceber um processo desta natureza implica sempre conhecer muito bem as realidades ao qual o mesmo se irá aplicar. Na minha modesta opinião teria de passar sempre pela avaliação do desempenho do professor nas suas várias vertentes, não só

na científica e na pedagógica, enquanto professor que “dá aulas”, mas também nas tarefas administrativas, investigativas e mesmo no seu desenvolvimento profissional através da formação. Considero fundamental haver observação mais sistemática de aulas, em todos os escalões da carreira, numa perspetiva formativa de desenvolvimento profissional e da própria organização que é a escola e não apenas as intervenções quase “cirúrgicas”, muito pontuais, que se desenvolvem actualmente. Não poderia nunca, também, ser descurada a vertente ética, enquanto vertente transversal a todas as vertentes inerentes ao perfil da profissão docente.

Profforma – Como sempre, a terminar, propomos aos nossos entrevistados um desafio: - Imagine-se Ministra da Educação. Quais as três primeiras medidas que implementaria?

É difícil assumir tal papel, aliás nunca, nunca tive qualquer sonho ou pesadelo que o enquadrasse. De qualquer modo, e pensando um pouco no assunto teria que, de qualquer modo, superar o défice de pensamento democrático sobre o ensino e a educação. Teria que tomar medidas para devolver a democracia às escolas, começando pela respectiva organização e gestão, regressando às unidades de pequena dimensão, assentes numa cultura de proximidade e de envolvimento e, simultaneamente, teria que tomar medidas que contribuíssem para, no dizer de um pensador que ouvi recentemente, “reduzir a democracia” dentro das salas de aula e reduzir a entropia no sistema, conferindo autoridade e valorizando os professores.